

# Procuradoria da República processa Programa Carajás

BRASÍLIA — O Ministério Público Federal vai entrar com uma ação pública civil para paralisar o funcionamento das quatro usinas de ferro-gusa movidas a carvão vegetal já em funcionamento (Cosipar, Simara, Vale do Pindaré e Viana) ao longo da estrada de ferro Carajás. A revelação foi feita ontem pelo diretor do Instituto de Apoio Jurídico Popular (Ajup), Miguel Pressburger, durante a mesa redonda que durante todo o dia discutiu o Programa Grande Carajás. A decisão resulta de um inquérito civil já encerrado no Ministério Público avaliando os danos ambientais do projeto ferro-gusa na Amazônia, uma vez que o carvão vegetal será extraído de madeira da floresta nativa.

Durante o encontro, realizado no anexo IV da Câmara dos Deputados com a presença de deputados e representantes de entidades ambientais, os deputados José Carlos Sabóia (PSB-MA) e Tadeu França (PDT-PR) garantiram que pretendem apoiar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Grande Carajás. Para o pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Philip Fearnside, o projeto Carajás "tem muitos escândalos pois burla a legislação brasileira". Segundo ele, nenhuma das quatro usinas de ferro-gusa já instaladas — ou as outras 24 em fase de instalação — possui o Relatório de Impacto Ambiental (Rima), exigido desde janeiro de 1986 pela Resolução 001 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama).

As maiores críticas dos cientistas e pesquisadores presentes ao encontro foram ao

Decreto-Lei 1.813, de 24 de novembro de 1980, que cria um regime de "tratamento especial" na forma de incentivos fiscais aos empreendimentos integrantes do projeto.

Outra preocupação revelada no encontro foi em relação ao crescimento das pequenas empresas agenciadoras de mão de obra conhecidas como "gatos". "Com 30 empresas funcionando haverá uma enorme massa de sub-empregados explorada" alerta Pressburger. "Todas as cidades que surgiram por causa do projeto tornaram-se grandes favelas", acrescenta José Heder Benati, advogado sindical na região.

O diretor de Sensoriamento Remoto do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe), Roberto Pereira da Cunha, negou ontem, em nota oficial, que o Instituto — responsável pelo levantamento dos pontos de queimadas e de áreas desmatadas na Amazônia — tenha manipulado os dados que apontaram a devastação de apenas 5% da Amazônia Legal. O percentual, usado pelo presidente Sarney na apresentação do Programa Nossa Natureza, semana passada, é menor do que o anterior, apresentado pelo próprio Inpe, que apontava 12% de desmatamento. A nota diz que o satélite usado para obter os dados 12%, o NOAA-9, não é o ideal para tais pesquisas. Lembra que o percentual de 5% é baseado no satélite Landsat, com maior resolução e precisão.

JB

12.4.89

P. 12

